



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA

Kallil Rodrigues Carvalho

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado: As Ações do Médico Veterinário no  
Programa Estadual de Sanidade Suídea da Agência de Defesa Agropecuária do  
Estado do Tocantins

Araguaína/TO

2025

Kallil Rodrigues Carvalho

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado: As Ações do Médico Veterinário no  
Programa Estadual de Sanidade Suídea da Agência de Defesa Agropecuária do  
Estado do Tocantins

Relatório apresentado à Universidade Federal do  
Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências  
Agrárias (CCA), para obtenção do título de  
bacharel em Medicina Veterinária.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabiana Cordeiro Rosa

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R696r Rodrigues Carvalho, Kallil .

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado: As Ações do Médico Veterinário no Programa Estadual de Sanidade Suídea da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins / Kallil Rodrigues Carvalho. - Centro de Ciências Agrárias - CCA, TO, 2025.

45 f.

Relatório de Graduação (Graduação - em Medicina Veterinária) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: Fabiana Cordeiro Rosa.

1. Defesa Agropecuária. 2. Fiscalização. 3. Peste Suína Clássica.

**CDD 636.089**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Kallil Rodrigues Carvalho

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado: As Ações do Médico Veterinário no  
Programa Estadual de Sanidade Suídea da Agência de Defesa Agropecuária do  
Estado do Tocantins

Relatório apresentado à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro Universitário (CCA), curso de Medicina Veterinária. Foi avaliado para a obtenção do título de bacharel em Medicina Veterinária e aprovado em sua forma final pelo (a) Orientador (a) e pela banca examinadora.

Data da aprovação: 18/06/2025

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Fabiana Cordeiro Rosa - Orientadora (UFNT)

---

Prof. Dr. Jorge Luís Ferreira - Membro interno (UFNT)

---

Médico Veterinário Gustavo Araújo Silva - Membro externo

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e por me dar forças para vencer todos os desafios ao longo dessa jornada acadêmica.

Aos meus pais em especial à minha mãe Vanuza Rodrigues Pereira, por sempre me motivar, dando força e acreditando em meu potencial até mesmo quando eu não acreditava. Te amo mãe, obrigado por todas as vezes que me aconselhou e esteve do meu lado.

Aos meus avós, que também ocuparam os papéis de pais em minha vida, que sempre me apoiaram e se preocuparam comigo. Aos meus tios(as), primos(as) e ao meu Padrinho, sem o apoio de todos, não teria sido possível concluir esta etapa de suma importância em minha vida.

À minha companheira, Wandria Pereira, que sempre esteve comigo nos momentos fáceis e difíceis, me apoiando e ajudando a superar muitos obstáculos enfrentados até aqui.

Aos meus amigos, por terem me proporcionado momentos de companheirismo e por fazerem parte dessa jornada, deixo aqui meus agradecimentos.

Às minhas colegas de estágio, pela parceria e apoio durante as atividades desenvolvidas no período do estágio e por terem tornado isso mais leve no dia a dia.

À Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (ADAPEC), meu sincero agradecimento pela oportunidade concedida e a toda sua equipe pela paciência, dedicação e conhecimentos adquiridos.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabiana Cordeiro Rosa, por contribuir neste momento crucial da minha formação.

Agradeço a banca examinadora, pelo aceite ao convite de participarem da minha defesa, trazendo seus conhecimentos para agregar ao meu trabalho.

Por fim, manifesto minha profunda gratidão a todos que contribuíram para esta jornada, seja de forma direta ou indireta. Cada pessoa que me acompanhou ao longo desse percurso ocupa um lugar especial em minha memória e consideração.

## RESUMO

O Estágio Curricular Supervisionado em Medicina Veterinária descreve as atividades realizadas durante o período de estágio que foi entre 10 de março a 11 de junho de 2025, somando um total de 390 horas, na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), especificamente na Unidade Veterinária Local (UVL) de Araguaína-TO, sob supervisão do Médico Veterinário Francisberto Batista Barbosa e a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabiana Cordeiro Rosa. Dentre as atividades realizadas durante o estágio, estiveram relacionadas aos Programas Estaduais de Sanidade Animal, com ênfase nos suídeos, que incluem, atividades como vigilâncias ativa e passiva em propriedades rurais, vistorias em lojas agropecuárias e eventos agropecuários. Atividades abordadas neste trabalho permitiram não apenas o aprofundamento do conhecimento, mas também o desenvolvimento de competências profissionais como, ética e responsabilidade. Assim, o trabalho tem como objetivo relatar e discutir as experiências vivenciadas ao longo do estágio, destacando principalmente a importância da atuação do médico veterinário no contexto da sanidade animal e saúde pública.

**Palavras-chave:** Defesa Agropecuária. Fiscalização. Peste Suína Clássica. Vigilância Epidemiológica.

## ABSTRACT

*The Supervised Curricular Internship in Veterinary Medicine describes the activities carried out during the internship period, which ran from March 10 to June 11, 2025, totaling 390 hours, at the Tocantins State Agricultural Defense Agency (ADAPEC), specifically at the Araguaína-TO Local Veterinary Unit (UVL), under the supervision of Veterinarian Francisberto Batista Barbosa and the guidance of Prof. Dr. Fabiana Cordeiro Rosa. Among the activities carried out during the internship were those related to the State Animal Health Programs, with an emphasis on pigs, which include activities such as active and passive surveillance of rural properties, inspections of agricultural stores and agricultural events. The activities covered in this work have not only enabled me to deepen my knowledge, but also to develop professional skills such as ethics and responsibility. The aim of this paper is to report on and discuss the experiences gained during the internship, highlighting the importance of the veterinarian's role in the context of animal health and public health.*

**Keywords:** *Agricultural Defense. Classical swine fever. Epidemiological monitoring Oversight.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fachada da sede da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins em Araguaína, com destaque para seus três blocos .....	12
Figura 2 - Bloco da Unidade Local da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins. ....	13
Figura 3 - Estruturação da unidade Veterinária local da ADAPEC, de Araguaína/TO. ....	14
Figura 4 - Programas Estaduais de Sanidade Animal da Agencia de Defesa Agropecuária do Tocantins.....	15
Figura 5 - Área geográfica das zonas livres de PSC do Brasil. ....	21
Figura 6 - Lesões observadas em casos clínicos de PSC. ....	23
Figura 7 - Materiais utilizados.....	25
Figura 8 - Número de suínos a amostrar por estabelecimento de acordo com o número de suínos adultos existentes. ....	26
Figura 9 - Animal em posição apta para coleta. ....	27
Figura 10 - Contenção do animal com auxílio do cachimbo.....	27
Figura 11 - Coleta de amostra sanguínea. ....	27
Figura 12 - 1 - agulha, tubo, e adaptador acoplados pronta coleta; 2- amostras coletadas.....	27
Figura 13 - Início do Processamento de Amostras.....	29
Figura 14 - Parte Final do Processamento das amostras. ....	29
Figura 15 - Observações dos Animais. ....	31
Quadro 1 - Atividades executadas e acompanhadas durante o Estágio Curricular Supervisionado nos Programas Estaduais de Sanidade Animal da ADAPEC no município de Araguaína-TO, no período de 10/03/2025 à 11/06/2025.....	16
Quadro 2 - Doenças de notificação obrigatória dos suídeos segundo a Instrução Normativa N° 50 de 24 de setembro de 2013. ....	19
Quadro 3 - Número de animais totais, adultos e amostrados em propriedades submetidas à vigilância sorológica. ....	28

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPEC	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins
Dra	Doutora
ECS	Estágio Curricular Supervisionado
FORMCOM	Formulário Complementar
GTA	Guia de Transito Animal
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
mL	Mililitro
Nº	Número
NEAGE	Núcleo de Estudos Avançados em Geoprocessamento e
Estatística	
OIE/OMSA	Organização Mundial de Saúde Animal
PEEEB	Programa Estadual de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia
Espongiforme Bovina	
PEEP	Programa Estadual de Eventos Pecuários
PEEFA	Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa
PESA	Programa Estadual de Sanidade Avícola
PESE	Programa Estadual de Sanidade dos Equídeos
PESS	Programa Estadual de Sanidade Suídea
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPVB	Programa Estadual de Produtos Veterinários e Biológicos
PRRS	Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos
Prof. <sup>a</sup>	Professora
PSC	Peste Suína Clássica
SVO	Serviço Veterinário Oficial
TO	Tocantins
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UL	Unidade Local
UVL	Unidade Veterinária Local

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO .....</b>	<b>12</b>
<b>3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....</b>	<b>14</b>
<b>4 PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE SUÍDEA .....</b>	<b>17</b>
<b>4.1 Doenças de Notificação Obrigatória de suídeos .....</b>	<b>18</b>
<b>4.2 Peste Suína Clássica (PSC).....</b>	<b>20</b>
4.2.1 Sinais Clínicos e Lesões .....	22
4.2.2 Medidas de Prevenção e Controle .....	23
<b>5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PESS.....</b>	<b>24</b>
<b>5.1 Vigilância Sorológica .....</b>	<b>24</b>
<b>5.2 Vigilância Clínica (Ativa).....</b>	<b>30</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXO A – Formulário de Investigação de Doenças - Inicial .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXO B – Formulário de Investigação de Doenças - Complementar .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO C – Cadastro de Propriedade Comercial de Suídeos .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO D – Cadastro de Propriedades de Maior Risco para PSC .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO E – Questionário Presença de Animais Asselvajados .....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO F – Relatório de Atividades Sanitárias.....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS), componente curricular da grade do décimo semestre do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), é uma etapa crucial para a formação acadêmica. Trata-se de uma atividade que possibilita colocar em prática o conhecimento adquirido durante a graduação. Essa vivência favorece a reflexão crítica ao processo formador e à realidade profissional promovendo uma efetivação de compromisso com a responsabilidade e a competência na atuação.

O ECS foi desenvolvido no período de 10 de março a 11 de junho de 2025, na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), especificamente na Unidade Veterinária Local (UVL) de Araguaína/TO. As atividades foram realizadas de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 14h00min, totalizando em uma carga horária de 390 horas. Dentre essas atividades realizadas durante o estágio, estiveram relacionadas aos Programas Estaduais de Sanidade Animal que incluem, atividades como vigilâncias, ativa e passiva em propriedades rurais, vistorias em lojas agropecuárias e eventos agropecuários.

O estágio foi supervisionado pelo Médico Veterinário Francisberto Batista Barbosa, responsável técnico pela Defesa Agropecuária da referida unidade, cuja atuação tem sido de grande importância para o acompanhamento das atividades práticas de aprofundamento do conhecimento da Sanidade Animal. A orientação do projeto Trabalho de Conclusão de Curso foi conduzida pela Profa. Dra. Fabiana Cordeiro Rosa que prestou suporte na elaboração deste trabalho, podendo contribuir significativamente para o desenvolvimento ao longo do processo.

A escolha referente ao local do estágio foi baseada na importância estratégica da atuação de um médico veterinário na defesa Sanitária animal, sendo ela muito mais significativa, neste caso, no Estado do Tocantins em que a agropecuária é uma das principais atividades econômicas. Assim, atua-se de forma indispensável para a prevenção, controle e eliminação de enfermidades de interesse sanitário e econômico, o que, sem sombra de dúvida, auxilia diretamente a saúde pública; a segurança alimentar a fortalecimento das cadeias produtivas (Silva, 2023)

O estágio visa, portanto, colaborar à medida que o estudante tenha vivência prévia da área em que deseja trabalhar, a partir da formação em Medicina

Veterinária, mediante a inserção da aplicação do conhecimento teórica/prática adquirido nos meios acadêmicos e na rotina profissional.

Este trabalho tem como finalidade relatar e descrever as atividades realizadas durante o Estágio Curricular Supervisionado no Programa Estadual de Sanidade Suídea (PESS), dando ênfase na Peste Suína Clássica (PSC).

## 2. DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO

Criada no âmbito do Estado do Tocantins, em 10 de dezembro de 1998, pela Lei nº 1160 do dia 12 de dezembro de 1998, a ADAPEC atua no planejamento, coordenação e execução da Política Estadual de Defesa Agropecuária. Trata-se de uma autarquia com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada diretamente à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, cuja finalidade é promover ações de vigilância, regulamentação, fiscalização, inspeção e execução de atividades relacionadas à defesa sanitária animal e vegetal (Tocantins, 2024).

Atualmente a ADAPEC de Araguaína/TO, está localizada na Rua Deusarina Ayres, sem número, próximo ao Corpo de Bombeiros no setor Jardim Santa Helena. As instalações da Unidade local (UL), do Serviço de Inspeção Estadual e da Delegacia Regional estão localizadas no mesmo terreno (Figura 1).

Figura 1 - Fachada da sede da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins em Araguaína, com destaque para seus três blocos.



Fonte: Autor, 2025.

O funcionamento da UVL da ADAPEC de Araguaína/TO é das 8h00min às 14h00min, de segunda a sexta feira, podendo ser ampliado em casos de situações de emergenciais e atendimento externos.

A UL ilustrada na (Figura 2) é formada por nove salas, quatro sanitários e uma copa. Entre os espaços, há Núcleos de Estudos Avançados em

Geoprocessamento e Estatística (NEAGE), vinculado à sede da ADAPEC em Palmas – TO.

As instalações da ADAPEC abrigam salas para diferentes setores sendo estas, destinada à emissão da Guia de Transito Animal (GTA), outra para o médico veterinário inspetor e chefe da unidade, para os engenheiros agrônomos, há também uma sala ocupada pelos fiscais agropecuários, para atividade administrativa, sala específica para os médicos veterinários, além de um almoxarifado e um laboratório (Figura 03).

Figura 2 – Bloco da Unidade Local da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins.



Fonte: Autor, 2025.

O quadro de servidores da UVL em atividade é composto por 21 (vinte e um) profissionais, sendo 6 (seis) médicos veterinários, 2 (dois) engenheiros agrônomos, 7 (sete) fiscais de defesa agropecuária, 5 (cinco) profissionais responsáveis pelo setor administrativo e 1 (um) responsável pelos serviços gerais do local.

Figura 3– Estruturação da unidade Veterinária local da ADAPEC, de Araguaína/TO.



(A) Vista externa da Unidade primeira entrada, com acesso direto a sala de emissão de GTA; (B) Segunda entrada, acesso as demais salas; (C) Corredor de acesso a salas do laboratório, almoxarifado, NEAGE, GTA e sanitários. (D) Corredor de acesso às salas dos inspetores, fiscais, apoio administrativo, agrônomos, copa e sanitários;  
Fonte: Autor, 2025.

### 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Agência de Defesa Agropecuária – ADAPEC tem como finalidade principal trabalhar para o planejamento, coordenação e desempenho da Política Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins. Possui dezesseis programas referentes à área de sanidade animal (Figura 04).

No período de atuação do estágio foram realizadas e acompanhadas diversas atividades dos médicos veterinários ligados ao Serviço Veterinário Oficial – SVO nos Programas Estaduais de Sanidade Animal do Tocantins, sendo estes, Programa Estadual de Produtos Veterinários e Biológicos – PPVB, Programa Estadual de Sanidade Suídea – PESS, Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa – PEEFA, Programa Estadual de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina – PEEEB, Programa Estadual de Eventos Pecuários – PEEP,

Programa Estadual de Sanidade Avícola – PESA e Programa Estadual de Sanidade dos Equídeos – PESE.

Figura 4 - Programas Estaduais de Sanidade Animal da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins.

↔ Programa Estadual de Vigilância em Febre Aftosa	↔ Programa Estadual de Bem Estar Animal - PEBEA
↔ Programa Estadual de Controle da Raiva dos Herbívoros -PECRH	↔ Programa Estadual de Controle do Trânsito Animal - PECTA
↔ Programa Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PECEBT	↔ Programa Estadual de Eventos Pecuários - PEEP
↔ Programa Estadual de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - PEEEB	↔ Programa Estadual de Produtos Veterinários e Biológicos - PPVB
↔ Programa Estadual de Rastreabilidade	↔ Programa Estadual de Sanidade Apícola - PESApi
↔ Programa Estadual de Sanidade Avícola - PESA	↔ Programa Estadual de Sanidade de Animais Aquáticos - PESAA
↔ Programa Estadual de Sanidade dos Caprinos e Ovinos - PESCO	↔ Programa Estadual de Sanidade dos Equídeos - PESE
↔ Programa Estadual de Sanidade Suídea - PESS	↔ Sanidade Aquática

Fonte: Tocantins, 2024.

As Atividades que foram realizadas durante o período do Estágio Curricular sob supervisão dos Médicos Veterinários estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Atividades executadas e acompanhadas durante o Estágio Curricular Supervisionado nos Programas Estaduais de Sanidade Animal da ADAPEC no município de Araguaína/TO, no período de 10/03/2025 à 11/06/2025.

<b>Programa de Sanidade animal</b>	<b>Atividades realizada/acompanhadas</b>	<b>Total</b>
PPVB	Vistoria em lojas agropecuárias	55
	Recebimentos de vacinas que precisam de notificação e autorização do SVO	13
	Termo de notificação, laudo de infração e apreensão	3
PESS	Vigilância sorológica em propriedade rural que pratica a criação de suínos	3
	Vigilância clínica em propriedade rural que pratica a criação de suínos	1
PEEFA	Vigilância ativa em propriedade rural que pratica a criação de bovinos	2
PEEEB	Vigilância ativa em propriedade rural que fornece ração para bovinos em confinamento	1
PEEP	Fiscalização em eventos pecuários (Cavalgada, Leilões e Vaquejada)	10
PESA	Coleta de ovos bicados e mecônio em pintos de um dia incubatório para pesquisa de <i>salmonella.spp</i> e <i>mycoplasma</i>	1
	Treinamento a campo de necropsia e coleta de material	1
PESE	Eutanásia de equino positivo para anemia infecciosa equina e saneamento de foco	1
	Vigilância ativa em haras	1
Palestra educativa	Atuação do médico veterinário em maus tratos em animais de produção	1
	Fiscalização no trânsito animais e vegetal	1
<b>TOTAL DE ATIVIDADES</b>		<b>94</b>

Fonte: Elaboração do autor, 2025.

O SVO é responsável tanto pela vigilância ativa como também pela vigilância passiva. A vigilância ativa é um procedimento organizado que é conduzido por fiscais de defesa agropecuária ou por veterinários em propriedades rurais ou urbanas que estão cadastradas na ADAPEC, onde vivem animais destinados à produção ou outras espécies que são relevantes para a saúde pública, com o objetivo de examinar minuciosamente a existência de doenças na população animal, validando ou eliminando a possibilidade destas (IDAF, 2021). Já o sistema de

vigilância passiva funciona principalmente recebendo notificações feitas de forma espontânea. Essa é uma das formas mais antigas e comuns de acompanhar eventos adversos à saúde. Além disso, eles costumam ser mais simples e mais baratos de implementar (Wadman, 1998).

#### **4. PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE SUÍDEA**

O PESS possui atividades voltadas tanto para a prevenção de doenças, como também para a identificação, monitoramento e desenvolvimento de zonas livres de doenças, além da certificação de granjas de reprodutores suídeos, são atividades que estão expostas no Regulamento Técnico do PNSS, validado pela Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004, a qual define diretrizes para a execução do controle sanitário oficial em criações de suídeos, abrangendo atividades como produção, reprodução, comercialização e distribuição tanto dos animais quanto de material genético suídeos. O objetivo central é prevenir a entrada de enfermidades exóticas no território nacional e atuar no controle ou erradicação das doenças já presentes no Brasil (Brasil, 2020).

Para prevenir os efeitos de uma epidemia ou pandemia, é fundamental que o sistema de monitoramento funcione de maneira eficiente na identificação de casos, utilize métodos rápidos e precisos para diagnosticar a doença, conte com uma equipe capacitada para controlar surtos, e tenha agilidade na gestão de crises e na prestação de respostas. Desta forma, o Regulamento Técnico do Programa Estadual de Sanidade Suína é aplicável ao controle sanitário oficial que deve ser realizado nas instalações de criação de suínos que realizam atividades ligadas à produção, reprodução, venda e distribuição de suínos, assim como facilitar a prevenção da entrada de doenças e gerir ou eliminar aquelas que já estão presentes no Estado (Tocantins, 2024).

O Programa concentra seus esforços nas doenças da lista da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que se caracterizam pelo grande poder de difusão, consequências econômicas ou sanitárias graves e repercussão no comércio internacional. As principais doenças de notificação obrigatória dos suídeos segundo a Lista da OIE são: cisticercose suína, Doença de Aujeszky, brucelose, triquinelose, encefalomielite por vírus Nipah, gastroenterite transmissível, peste suína africana, peste suína clássica, Síndrome Reprodutiva e Respiratória Suína (PRRS). Todo cidadão que suspeite da ocorrência de uma dessas doenças no estado do Tocantins é obrigado a comunicar imediatamente o fato ao serviço veterinário oficial (Tocantins, 2020).

As propriedades rurais que criam suídeos (suínos e javaporcos) devem ser obrigatoriamente cadastradas junto aos escritórios da ADAPEC. Para manter o controle populacional dos suídeos no Tocantins (Tocantins, 2020).

O transporte de suídeos, tanto em âmbito interestadual quanto intraestadual, somente poderá ser realizado mediante a emissão e o acompanhamento da respectiva Guia de Trânsito Animal – GTA (Tocantins, 2020), sendo ela, um documento oficial exigido para o transporte de animais no território nacional, devendo conter informações essenciais à rastreabilidade dos rebanhos, destino, finalidade, espécie transportada e o histórico de vacinações dos animais (Moitinho, 2023). Conforme as diretrizes da Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004 (Brasil, 2004), dispõe que os veículos utilizados para transporte de suínos, como os seus motoristas, devem ser registrados junto ao SVO, além disso, é obrigatório que esses veículos passem por processos de lavagem e desinfecção, conforme exigido pelas normas vigentes. O cadastro dos transportadores e de seus veículos deve ser renovado anualmente.

Segundo Tocantins (2020), a Instrução Normativa nº 25 de 19 de julho de 2016, impede a entrada de suínos e/ou quaisquer materiais de origem suídea nas localidades que são livres da doença, quando são provenientes de Unidade Federativa não reconhecida como livre de PSC no Brasil.

#### **4.1. Doenças de Notificação Obrigatória de Suídeos**

As doenças que devem ser comunicadas obrigatoriamente são aquelas registradas em uma relação pela autoridade de saúde, de acordo com sua gravidade, por exemplo, números de incidência, mortalidade, prevalência; características epidemiológicas e capacidade de propagação (alta transmissibilidade), transcendência, como a importância social e/ou econômica, disponibilidade de ações de controle (programa oficial de saúde para prevenção, controle ou eliminação), compromisso global, relevância estratégica para a criação de animais no país, ameaça à saúde pública, entre outras (Olbertz et al. 2024).

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Brasil, 2020), a notificação sobre a suspeita ou relato de uma doença mencionada no Anexo da Instrução Normativa nº 50/2013 é necessária para todos os cidadãos, assim como para todos os profissionais envolvidos no diagnóstico, no ensino ou na pesquisa de

saúde animal, tendo no máximo 24 horas como prazo de notificação após seu conhecimento.

As doenças que exigem notificação rápida em caso de suspeita são: peste suína clássica, Antraz (Carbúnculo hemático), Doença de *Aujeszky*, Estomatite vesicular, Febre aftosa, e raiva. Além dessas existem aquelas que também precisam ser notificadas urgentemente em qualquer caso de confirmação sendo estas *Brucella suis* e *Paratuberculose* (Brasil, 2020).

Quadro 2 - Doenças de notificação obrigatória dos suídeos segundo a Instrução Normativa N° 50 de 24 de setembro de 2013.

<b>Doenças erradicadas ou nunca registradas no País, que requerem notificação Imediata de caso suspeito ou diagnóstico laboratorial</b>	<b>Doenças que requerem notificação Imediata de qualquer caso suspeito</b>	<b>Doenças que requerem notificação mensal de qualquer caso confirmado</b>
Encefalomielite por vírus Nipah	Peste suína clássica	Brucelose ( <i>Brucella suis</i> )
Doença vesicular suína	Antraz (Carbúnculo hemático)	Paratuberculose
Gastroenterite transmissível	Doença de <i>Aujeszky</i>	-
Peste suína africana	Estomatite vesicular	-
Síndrome reprodutiva e respiratória suína – PRRS	Febre aftosa	-
Trinquelose	Raiva	-

Fonte: Adaptado de MAPA (2020).

Quando uma notificação de uma doença é registrada, é de total responsabilidade do SVO investigar e determinar se a mesma é válida ou não. Para iniciar o processo de investigação, é elaborado um Formulário de Investigação de Doenças Inicial – FORM-IN (Anexo A), que tem como objetivo registrar as informações do atendimento inicial. Se a notificação durante a investigação for considerada inválida, o processo é encerrado. Por outro lado, se a notificação for considerada válida, a investigação prossegue desde o primeiro atendimento até sua conclusão. O SVO deve preencher o Formulário Complementar – FORMCOM (Anexo B), incluindo detalhes sobre o monitoramento da doença previamente

notificada (Brasil, 2013). A notificação pode ser feita fisicamente, *online* ou por telefone em qualquer instância local, regional, estadual ou federal do SVO.

#### **4.2. Peste Suína Clássica (PSC)**

O vírus da PSC está disseminado em diversas regiões do mundo, afetando os suínos, tanto os selvagens quanto aqueles que são criados em sistemas de subsistência ou para indústria. No entanto, há exceções em locais onde a doença foi erradicada entre os suídeos domésticos, como na América do Norte, Austrália, Europa, Chile, Nova Zelândia, Argentina, Paraguai e Uruguai. Durante a década de 1990, surtos significativos ocorreram na Holanda, Bélgica, Alemanha e na Itália (Blome et al. 2017). O Japão, por exemplo, após décadas sem registrar a doença desde 1992, notificou novos casos em setembro de 2018, começando por suínos domésticos e em poucos dias depois, a infecção também foi identificada em javalis. A partir desse episódio, múltiplos focos da PSC passaram a serem comunicados oficialmente à OIE/OMSA (Gava et al., 2019).

Na atualidade as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste e os Estados do Tocantins, Sergipe, Rondônia e Bahia são considerados livres da PSC, como mostra a zona verde na figura 02 (Braga et al., 2013). De acordo com Coelho (2021), desde o ano de 2001 o Estado do Tocantins já obtinha o status de nacionalmente livre da PSC. Somente no ano de 2016, o Estado foi reconhecido internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE/OMSA (Oliveira, 2016).

Figura 5 - Área geográfica das zonas livres de PSC do Brasil.



Fonte: OIE/ OMSA, 2021.

A peste Suína Clássica é uma doença que afeta vários sistemas do organismo dos suínos, causada por um *Pestivirus* da família *Flaviviridae* e espécie *Pestivirus C*. (Oliveira et al., 2014). O vírus possui três diferentes Genótipos, totalizando 11 Sub genótipos em cada um (Chen et al., 2008; Beer et al., 2015; Blome et al., 2017; Smith et al., 2017). O Departamento de Saúde Animal (2021), afirma que vírus pode ser propagado de forma direta através das vias oral e nasal, sendo estas: aerossóis, por excreções, sêmen ou sangue. Outra forma de transmissão é a indireta, podendo ser através da água, de alimentos, fluxo de pessoas, instrumentos, vestuários e materiais veterinários, produtos e alimentos de origem animal. Conforme Belline et al. (2016) explica, outra via de transmissão, além do contato direto com os suínos infectados, é o consumo de alimentos à base de carne suína contaminada pelo vírus, como por exemplo, salames e outros embutidos, geralmente provenientes de sobras da alimentação humana.

A PSC não é transmitida ao homem. Porém, a ocorrência de um foco implicaria em grandes perdas econômicas e repercussões sociais com o sacrifício de animais, interrupção das atividades das granjas, redução imediata da produção de carne, restrição comercial de países importadores de animais, carnes, produtos e

subprodutos de origem animal, bem como de produtos agrícolas como a soja e o milho, já que alguns mercados só importam os vegetais de área livre da PSC. (Martins, 2021).

#### 4.2.1. Sinais Clínicos e Lesões

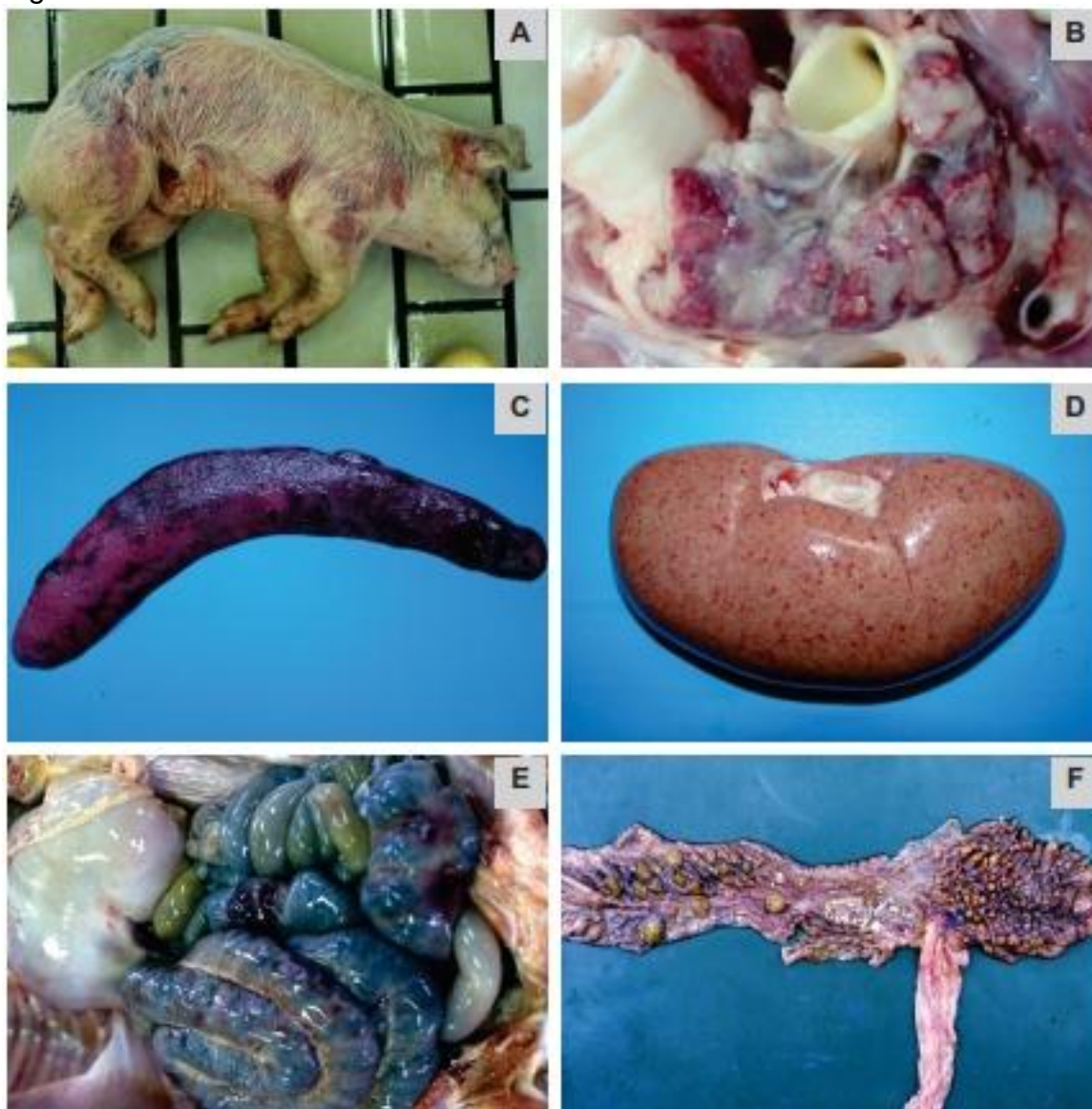
A doença pode se apresentar de três formas no animal que dependendo da imunidade, idade do mesmo e da virulência genotípica pode ter diferentes lesões: aguda, crônica e congênita.

Na forma aguda os animais apresentam febre alta, variando entre 40,5°C e 42°C, acompanhada de apatia e perda do apetite. Apresentam inquietação, olhos inflamados (conjuntivite) e desenvolvem lesões hemorrágicas na pele, orelha, membros, focinho e cauda, que ficam com a coloração azulada devido à cianose, linfonodos e baço podem estar aumentados, há também fraqueza dos membros posteriores, dificuldade de locomoção (incoordenação), além de sinais clínicos respiratórios e reprodutivos, como abortos. A morte pode ocorrer entre 5 e 14 dias após o surgimento dos primeiros sinais clínicos, sendo que a taxa de mortalidade pode atingir 100% em leitões (São Paulo, 2022).

Já a forma crônica, segundo o Estado de São Paulo (2022), apresenta menor taxa de mortalidade e os sinais clínicos são menos evidentes. Os animais podem demonstrar cansaço excessivo, apatia, apetite irregular ou reduzido, diarreia, inflamação nas articulações (artrite) e lesões cutâneas. Também é comum o atraso no crescimento, repetição do cio, dificuldades reprodutivas, nascimento de leitegadas pequenas e fracas. Em alguns casos, pode haver uma aparente recuperação, seguida por recaída e morte.

A infecção congênita resulta no nascimento de leitões aparentemente saudáveis, mas que permanecem infectados de forma contínua, tornando-se uma fonte significativa de contaminação e propagação do agente infeccioso tanto dentro quanto entre diferentes rebanhos (Schulz et al., 2017). A principal via de disseminação da enfermidade é a movimentação e introdução de suínos contaminados em plantéis previamente livres da doença. Além disso, veículos utilizados no transporte desses animais podem carregar resíduos como fezes e urina de suínos infectados por longas distâncias, favorecendo a transmissão do vírus, especialmente quando há falhas nas medidas de biossegurança.

Figura 6 - Lesões observadas em casos clínicos de PSC.



A) Hemorragias difusas na pele. B) Linfonodo mediastínico aumentado de volume e com hemorragia difusa. C) baço aumentado de volume e com áreas hemorrágicas. D) Rim com hemorragias peteequeais na superfície capsular. E) Intestino grosso com grandes áreas hemorrágicas vistas pela serosa. F) Intestino grosso com colite fibrinonecrótica na forma de botões ulcerosos na mucosa.

Fonte: Embrapa, 2019.

#### 4.2.2. Medidas de Prevenção e Controle

Não há tratamento para suínos infectados pelo vírus da PSC. Quando há surtos dessa doença, é obrigatório realizar rapidamente o abate sanitário de todos os animais contaminados, bem como daqueles que tiveram algum tipo de contato com eles. Após o abate, estes devem ser descartados de maneira apropriada, seguidos por uma rigorosa limpeza e desinfecção total das instalações. Também é necessário delimitar as áreas infectadas e as zonas de risco epidemiológico, onde

serão conduzidas investigações detalhadas, identificação de possíveis fontes de propagação do vírus, intensificação da vigilância nas áreas próximas e controle rigoroso do trânsito de suínos e produtos que possam estar contaminados (Gava, 2019).

Conforme Gava (2019), a imunização contra a PSC utilizando o vírus vivo atenuado é de grande eficácia na diminuição dos casos da doença em locais onde ela é considerada endêmica. Essa vacina é uma ferramenta essencial nos programas voltados à erradicação da PSC, sendo sempre empregada em conjunto com estratégias de vigilância e eliminação dos suínos contaminados, com o objetivo de eliminar a fonte de infecção.

## **5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PESS**

Durante o período do Estágio Supervisionado na ADAPEC, entre os dias 10 de março à 11 de junho de 2025, foram realizadas 4 atividades no PESS, sendo que 3 foram vigilância sorológica, na qual 2 foram feitas na cidade de Araguaína/TO e 1 na cidade de Santa Fé do Araguaia/TO, além dessas foi realizada 1 vigilância clínica também em Araguaína/TO. Todas estas atividades foram acompanhadas e supervisionadas por um médico veterinário do SVO responsável pelo programa.

### **5.1. Vigilância Sorológica**

A vigilância sorológica é realizada anualmente sendo uma ferramenta essencial para identificar precocemente a doença e manter o *status* de zona livre de PSC em rebanhos suínos, permitindo agir com rapidez para evitar a propagação (Garrido et al., 2020).

A escolha da propriedade consiste na necessidade de conter um rebanho pelo menos 5 (cinco) suínos adultos, onde a prioridade deve ser dada para aquelas que apresentem indícios de comercialização de animais na região. Além disso, é essencial focar naqueles que apresentam um ou mais fatores de risco, pois são estratégicos para a identificação antecipada da circulação de doenças alvo. Assim propriedades que atendam a essas condições devem receber atenção especial nas ações de vigilância.

Os fatores de risco a serem considerados são: Localização próxima a áreas de descarte de resíduos urbanos; fornecimento de resíduos alimentares (lavagem) aos animais; Situação próxima a reservas ambientais, parques nacionais ou outras áreas de proteção com presença de asselvajados e; proximidade ou contato com frigoríficos e/ou graxarias (Brasil, 2023). Outros critérios que representem risco para PSC podem ser identificados conforme as particularidades do município ou da área avaliada, devendo ser incluídos nas estratégias de vigilância.

Para realização da atividade de vigilância sorológica foram utilizados os seguintes materiais, luvas descartáveis, álcool 70%, algodão, caixa de isopor, gelo reciclável, agulhas estéreis para coleta a vácuo (dupla ponta) 0.9x38mm, tubo à vácuo com ativador de coágulo de 10mL (Tubo vermelho), adaptadores (*Holder*) para sistema de coleta à vácuo (adaptador *Vacutainer*), rack porta-tubos, saco de lixo e para resíduo infectante, bem como, cachimbo para contenção do animal (Imagem, além dos formulários de Cadastro de propriedade Comercial de Suídeos (Anexo C), Cadastro para Propriedades de Maior Risco para PSC (Anexo D), Questionário de Presenças de Animais Asselvajados (Anexo E), Relatório de Atividades Sanitárias (Anexo F)

Figura 7 - Materiais utilizados.



A - Tubo à vácuo com ativado de coágulo de 10 mL(1); Agulha estéreis, para coleta à vácuo-dupla ponta (2); Adaptador (*holder*) para sistema de coleta a vácuo(3). B – Cachimbo de contenção.  
Fonte: Autor, 2025.

Ao chegar às propriedades para coleta de amostras, o médico veterinário responsável juntamente com toda a equipe, fiscal de defesa agropecuária e três estagiários, foram devidamente apresentados ao proprietário. Antes de iniciar a coleta foi feita a verificação da quantidade de animais a serem amostrados de acordo com a Figura 08.

Figura 8 - Número de suínos a amostrar por estabelecimento de acordo com o número de suínos adultos existentes.

Número de suínos adultos	Nº de amostras a serem colhidas *
5 - 14	Todos
15 - 25	15
26 - 30	16
31 - 50	18
51 - 70	19
≥ 71	20

\*Prevalência de animais com anticorpos específicos para a doença igual a 15% e sensibilidade de rebanho ≥ 95%.

Fonte: Brasil, 2023.

Para coleta de amostra sanguínea dos suínos, foi necessário realizar a contenção dos animais, com o auxílio do cachimbo (Figura 9), cada animal foi devidamente identificado por número, sexo e idade (anotados nos tubos de coleta). Após a contenção do animal em posição estacionada, com o pescoço estendido e a cabeça ligeiramente elevada (Figura 10), foi possível localizar a fossa jugular. A partir disso, realizou-se a punção na veia jugular direita para a coleta sanguínea, utilizando-se uma agulha para coleta a vácuo, adaptador e tubo a vácuo com ativador de coágulo (Figura 11 e 12). De cada suíno foram obtidas duas amostras.

Figura 9 - Contenção do animal com auxílio do cachimbo.



Fonte: Autor, 2025.

Figura 10 - Animal em posição apta para coleta.



Fonte: Autor, 2025.

Figura 11 - Coleta de amostra sanguínea.



Fonte: Autor, 2025.

Figura 12 - 1 - agulha, tubo, e adaptador acoplados pronta coleta; 2- amostras coletadas.



Fonte: Autor, 2025.

Após a coleta completa das amostras, estas foram encaminhadas às instalações da ADAPEC, onde passaram por centrifugação por 5 minutos em

velocidade 5, permitindo a separação do soro sanguíneo. Em seguida, 1,5 mL de soro foram extraídos de cada tubo utilizando a pipeta de *Pasteur* e transferidos para microtubos tipo *ependorf* (sempre evitando tocar o coágulo para não contaminar o soro com células ou hemácias), devidamente rotulados e identificados com o Código MAPA do estabelecimento selecionado, sendo dois tubos por animal. Esses tubos foram mantidos a -20°C e acondicionados em embalagens específicas e identificadas do SVO para posterior envio, seguindo as orientações do Procedimento Operacional Padrão- POP (Figura 13 e 14).

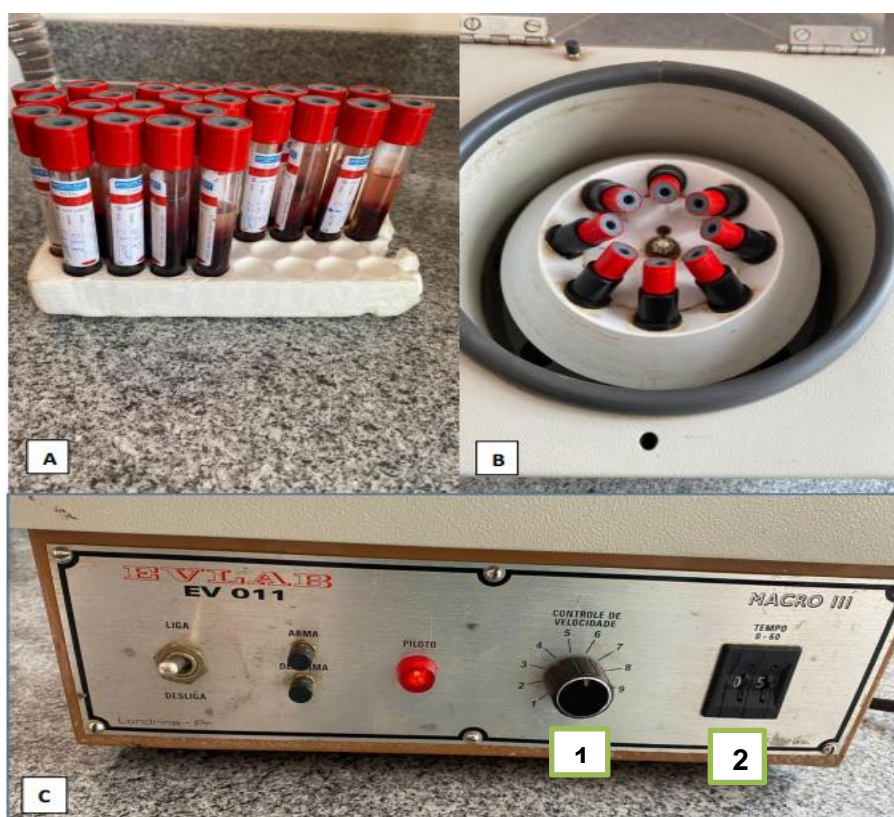
Quadro 3 - Número de animais totais, adultos e amostrados em propriedades submetidas à vigilância sorológica.

CIDADE	PROPRIEDADE	NÚMERO TOTAL DE ANIMAIS	NÚMERO DE ANIMAIS ADULTOS	NÚMERO DE ANIMAIS AMOSTRADOS
Santa Fé do Araguaia/TO	P1	18	8	8
Araguaína	P2	30	16	14
	P3	37	20	15

Fonte: Elaboração do autor, 2025.

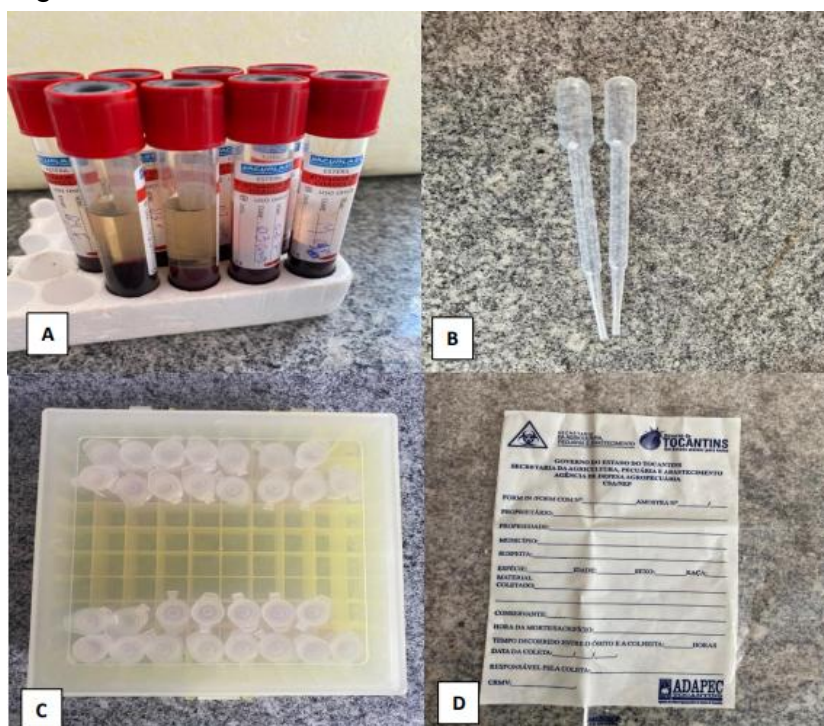
Durante o período do ECS, foram realizadas três vigilâncias sorológicas em três propriedades diferentes, sendo duas na cidade de Araguaína e uma em Santa Fé do Araguaia no Tocantins (Quadro 3). A primeira foi no dia 12 de março de 2025, na propriedade 01 (P1), em Santa Fé do Araguaia, na qual, todo o procedimento desde a chegada até a finalização da coleta foi bem-sucedido. A segunda foi em Araguaína, no dia 03 de abril de 2025, representada como P2, onde todo o processo de coleta na mesma foi realizado, no entanto, o envio não foi concluído, pois houve divergência no número de amostras com a quantidade de suínos a serem amostrados, assim, todas foram descartadas e uma nova solicitação de vigilância sorológica foi aberta. Sendo assim, no dia 07 de maio, foi efetuada uma nova coleta em outra propriedade de Araguaína (P3), sendo bem-sucedida em todo o processo e devidamente encaminhada à sede da ADAPEC de Palmas/TO para ser destinada ao laboratório credenciado pelo MAPA. Todas as atividades foram acompanhadas por um médico Veterinário responsável pelo programa do SVO.

Figura 13 - Início do Processamento de Amostras.



A) Tubos com amostras; B) Colocação dos tubos; C) Centrifuga, (1) Velocidade e (2) Tempo.  
Fonte: Autor, 2025.

Figura 14 - Parte Final do Processamento das amostras.



A) Amostras após centrifugação; B) Pipetas de *Pasteur*; C) Amostras separadas e identificadas; D) embalagem específica e identificada do SVO para envio.  
Fonte: Autor 2025.

Posteriormente, as amostras foram armazenadas em caixa de isopor com gelo reutilizável, seguindo as diretrizes do POP. Para garantir a manutenção da temperatura e integridade das amostras o gelo foi posicionado ao redor e sobre os tubos. Em seguida, todas estas foram encaminhadas à sede da ADAPEC, em Palmas/TO que é responsável por destiná-las a um Laboratório Credenciado pelo MAPA que realizarão a análise das amostras.

Todas as informações colhidas durante o processo da vigilância sorológica foram preenchidas no Formulário do aplicativo *Epicollect5* pelo médico veterinário do SVO responsável pelo programa, sendo estas: identificação do estabelecimento de criação de suínos e do proprietário, risco atribuído ao estabelecimento de criação, composição do rebanho suíno existente no momento da visita, aspectos estruturais, produtivos e sanitários da criação de suínos, informações sobre o Trânsito de suínos nos últimos 60 dias, manifestações clínicas encontradas ou relatadas, número de amostras coletadas com identificação (sexo, idade e numeração), entre outras.

## **5.2. Vigilância Clínica (Ativa)**

A realização de vigilância clínica em granjas e locais considerados de alto risco é fundamental, pois permite identificar possíveis casos de doenças em suídeos de notificação obrigatória. Além disso, essa atividade possibilita a coleta e o registro de dados sobre os rebanhos e promove a comunicação entre os SVO's e os responsáveis pelo manejo, favorecendo ações educativas contínuas voltadas à saúde animal (Brasil, 2023).

No dia 19 de março de 2025, foi realizada uma vigilância clínica em uma propriedade de Araguaína/TO, esta também foi realizada por uma médica veterinária do SVO juntamente com três estagiários e um Fiscal de Defesa Agropecuária. Ao chegar na propriedade, o responsável pela mesma, conduziu a equipe até baias onde os suínos estavam situados. Inicialmente foi realizado um questionário com o responsável pelos suínos para obtenção de informações do rebanho, em seguida foi feita a observação indireta dos animais para possíveis alterações comportamentais ou sinais clínicos que indiquem problemas ou lesões aparentes, onde identificou-se pequenas lesões em dois dos animais, no entanto, o responsável relatou que estas

seriam resultados de conflitos entre os mesmos. Posteriormente, realizou-se a observação direta, na qual os animais eram contidos para avaliação exame físico (temperatura, frequência cardíaca e respiratória, cor das mucosas, escore corporal) além de uma avaliação mais detalhada dos animais (Figura 15).

Figura 15 - Observações dos Animais.



A) Observação indireta. B) Observação direta.  
Fonte: Autor, 2025.

Todas as observações obtidas durante a atividade de vigilância clínica foram desde as informações colhidas sobre a propriedade até as informações observadas nos animais foram adicionadas no aplicativo *Epicollect5* pela veterinária responsável. A vigilância clínica é uma prática de suma importância para identificação de doenças de notificação obrigatória.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Estágio Curricular Supervisionado na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), proporcionou uma experiência enriquecedora tanto do ponto de vista técnico quanto pessoal. Ao longo das atividades desenvolvidas, foi possível compreender com mais profundidade o papel fundamental do médico veterinário no controle e prevenção de doenças de notificação obrigatória por meio dos programas de sanidade animal executados pelo SVO, em conformidade com as diretrizes do MAPA.

Durante esse processo, o contato com as atividades executadas pelo SVO, revelou a importância da vigilância sanitária, da padronização de procedimentos e da utilização de métodos diagnósticos oficiais para garantir a saúde dos rebanhos, a segurança alimentar e a proteção da saúde coletiva, além disso, a experiência prática na unidade local de Araguaína/TO, proporcionou uma visão abrangente sobre os desafios enfrentados no Sistema de Defesa Sanitária Animal, desde ações previstas até medidas de erradicação de surtos, reforçando o conceito de saúde única, que integra os cuidados com a saúde humana, animal e ambiental.

Quanto à atuação do médico veterinário no Programa Estadual de Sanidade Suídea (PESS), é fundamental para garantir a saúde dos rebanhos suínos e a segurança dos produtos de origem animal. Este é responsável por ações como vigilância sanitária, coleta de amostras e orientações aos produtores, ajudando na prevenção contra doenças de notificações obrigatórias, mantendo o controle sanitário nas criações. Assim a participação do médico veterinário contribui diretamente na saúde pública e animal.

A participação nas atividades contribuiu para consolidação do conhecimento adquirido ao longo da graduação, reforçando a importância da atuação veterinária para o fortalecimento do setor agropecuário. Assim sendo, o estágio representou não apenas uma oportunidade de aplicar teoria na prática, mas também, uma etapa decisiva para o amadurecimento profissional deixando um aprendizado que se reflete na formação de um profissional mais consciente, preparado e comprometido com as demandas da saúde pública e da produção pecuária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLINI, S.; RUTILI, D.; GUBERTI, V. **Preventive measures aimed at minimizing the risk of African swine fever virus spread in pig farming systems.** *Acta Veterinaria Scandinavica*, v. 58, n. 1, p. 82, 2016.
- BEER, M.; GOLLER, K. V.; STAUBACH, C.; BLOME, S. **Genetic variability and distribution of classical swine fever virus.** *Animal Health Research Reviews*, v. 16, n. 1, p. 33-39, 2015.
- BLOME, S.; STAUBACH, C.; HENKE, J.; CARLSON, J.; BEER, M. **Classical swine fever: an updated review.** *Viruses*, v. 9, n. 4, 2017.
- BRAGA, J.F.V. et al. **Soroprevalência de pseudorraiva, peste suína clássica e brucelose em suínos do estado do Piauí.** *Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.*, v. 65, n. 5, p. 1321-1328, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abmvz/a/T9vKq9sjTwNqy7wZDKPbRJQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de junho de 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.** 2. ed. Brasília, DF: MAPA, 2023. Disponível em: <https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/Sa%C3%BAdede-Animal/plano-integrado-de-vigilancia-de-doencas-dos-suinos>. Acesso em: 7 junho de 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004. Aprova as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – PNSS.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/arquivos-programas-sanitarios/2004IN47PNSS.pdf>. Acesso em: 8 junho de 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. **Instrução Normativa Nº 50, de 24 de setembro de 2013. Altera a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal, previstas no art. 61 do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saudeanimal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/IN502013.pdf>. Acesso: 31 de maio de 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/sanidade-suidea/programa-nacional-de-sanidade-suidea-pnss>. Acesso em: 8 de junho de 2025.
- CHEN, N.; HU, H.; ZHANG, Z.; SHUAI, J.; JIANG, L.; FANG, W. **Genetic diversity of the envelope glycoprotein E2 of classical swine fever virus: Recent isolates branched away from historical and vaccine strains.** *Veterinary Microbiology*, v. 127, n. 3-4, p. 286-299, 2008.

COELHO, W. **Tocantins comemora certificado internacional de livre da Peste Suína Clássica**. Governo do Tocantins, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/tocantins-comemora-certificado-internacional-de-livre-da-peste-suina-classica/40r6ek24jyzw>. Acesso em: 03 de junho de 2025.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL. **Peste Suína Clássica (PSC)**. Ficha Técnica, 2021.

GARRIDO, L. F.; SILVA, M. C. **Importância da Vigilância Sorológica em Programas de Erradicação de Doenças Suínas**. Revista de saúde Animal e Produção, p. 45-52.

GAVA, D., et al. **Peste Suína Clássica e Peste Suína Africana: a situação mundial e os desafios para o Brasil**. Embrapa. Concórdia-SC, 2019.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL – IDAF. **Vigilância ativa em propriedades rurais**. Espírito Santo, v. 1, 2021. Disponível em: [https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Acesso%20r%C3%A1pido/1.%20%C3%81rea%20animal/Epidemiologia/MANUAL\\_VIGILANCIA\\_EM-PROPRIEDADES\\_V01\\_2021.pdf](https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Acesso%20r%C3%A1pido/1.%20%C3%81rea%20animal/Epidemiologia/MANUAL_VIGILANCIA_EM-PROPRIEDADES_V01_2021.pdf). Acesso em: 03 de junho de 2025.

MARTINS, D. **Adaptec sacrifica oito suínos transportados ilegalmente**. Governo do Tocantins, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/adaptec-sacrifica-oito-suinos-transportados-ilegalmente/23m9585pnf1o>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

MOITINHO, F. **GTA: saiba a importância, a finalidade e como emitir a Guia de Trânsito Animal**. Giro do Boi, 2023.

OLBERTZ, et al. **Guia de Doenças de Notificação Obrigatória**. CRMV-PR, 1ª ed. 2024. Disponível em: <https://www.crmv-pr.org.br/uploads/publicacao/arquivos/guia-notificacao-obrigatoria.pdf>. Acesso: 31 de maio de 2025.

OLIVEIRA, W. de. **Tocantins comemora decisão da OIE de reconhecimento de zona livre internacional da PSC**. Agência de Defesa Agropecuária, 2016. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adaptec/noticias/tocantins-comemora-decisao-da-oie-de-reconhecimento-de-zona-livre-internacional-da-psc/4ky24aogzrl0>. Acesso em: 03 de junho 2025.

OLIVEIRA, L. G. et al. **Peste Suína Clássica: Caracterização da Enfermidade e Ações de Controle e Erradicação Adotadas no Brasil**. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Peste suína clássica: principais sinais clínicos**. [S. l.]: SAA-SP, 2022. Disponível em: [https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/arquivos/educacao-sanitaria/cards/link\\_doencas\\_peste\\_suina\\_classica.pdf](https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/arquivos/educacao-sanitaria/cards/link_doencas_peste_suina_classica.pdf). Acesso em: 6 junho de 2025.

SCHULZ, K.; STAUBACH, C.; BLOME, S. **African and classical swine fever: similarities, differences and epidemiological consequences.** *Veterinary Research*, v. 48, n. 1, p. 84, 2017.

SILVA, Sandla Freitas da. **Programas Sanitários da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023.

SMITH, D. B.; MEYERS, G.; BUKH, J.; GOULD, E. A.; THOMAS MONATH, T.; MUERHOFF, A. S.; PLETNEV, A.; RICO-HESSE, R.; STAPLETON, J. T.; SIMMONDS, P.; BECHER, P. **Proposed revision to the taxonomy of the genus Pestivirus, family Flaviviridae.** *Journal of General Virology*.

TOCANTINS. Agência de Defesa Agropecuária. **Quem somos**, 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adapec/quem-somos/6v3ysyidgp48>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

TOCANTINS. Agência de Defesa Agropecuária. **Programa Estadual de Sanidade Suídea – PESS.** 2020. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adapec/programa-estadual-de-sanidade-suidea-pess/7c0lomoxdju6>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

WALDMAN, E. A. Usos da vigilância e da monitorização em saúde pública. Informe epidemiológico do SUS, v. 7, n. 3, 1998. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S0104-16731998000300002&script=sci\\_arttext&lng=en](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S0104-16731998000300002&script=sci_arttext&lng=en). Acesso em: 03 de junho de 2025.

## ANEXO A – Formulário de Investigação de Doenças - Inicial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA  
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA  
Departamento de Saúde Animal - DSA

<b>FORM-IN</b>	<b>Formulário de Investigação de Doenças - INICIAL</b>	RS 2.Nº <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> - <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>
		1.UF                      Código da UF e do município no IBGE                      Nº sequencial do FORM-IN

3. FORM-IN vinculado:       -

**4. Informações sobre o estabelecimento**

Nome: \_\_\_\_\_ Município de localização: \_\_\_\_\_ Unidade Regional: \_\_\_\_\_

Proprietário: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Código do proprietário: \_\_\_\_\_ Código do estabelecimento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Total de produtores:

Tipo:  Propriedades rural     Assentamento     Hospital/clínica vet/ciz     Unidade militar     Sítio de aves migratórias     Unidade de pesquisa  
 Solhos ou de periferia     Aldeia indígena     Comunitário     Local para aglomeração     Confinamento

Datum Utilizado                      Formato Sexagesimal (Graus, Minutos e Segundos)                      Formato Grau decimal

Coordenadas geográficas -->  SIRGAS 2000    Latitude:  °  '  " ou     Hemisfério:  Norte     Sul  
 WGS 84    Longitude:  °  '  " ou

**5. Informações sobre o contato principal no estabelecimento**

Nome \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Condição ou função no estabelecimento:  Proprietário     Produtor     Parente     Médico veterinário     Funcionário (administrador, capataz, caseiro, etc)

**6. Resultado da Investigação**

6.1. Data e hora de abertura do FORM-IN: (Primeira visita do SVC)    -   6.2. Provável início da ocorrência:  6.3 Investigação encerrada?  Sim     Não

6.4. Após a investigação, a ocorrência se enquadra em qual das opções abaixo:

6.4.1. Caso provável ou confirmado de doença-alvo da síndrome:  Vesicular     Hemorrágica dos suínos     Nervosa     Respiratória ou nervosa das aves

QU

6.4.2. Caso provável ou confirmado de outra doença ou caso descartado de doença-alvo síndrômica, com o seguinte diagnóstico:

Provável: \_\_\_\_\_ QU Confirmado: \_\_\_\_\_

6.4.2.1. Descrição do critério de definição de casos

QU

6.4.3. Suspeita descartada:

Motivo:  Ausência de animais susceptíveis     Ausência de sinais clínicos compatíveis     Identificação de agravo não infeccioso

6.4.3.1. Descrição do agravo não infeccioso

**6.5 Descrição dos principais achados e ocorrências**

6.5.1. Anamnese e descrição dos sinais clínicos, das lesões e dos achados de necropsia (órgãos, lesões e alterações)

6.5.2. Observações gerais

**7. Informações sobre a população de animais terrestres e características de explorações pecuárias existentes**



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Departamento de Saúde Animal - DSA

Animal (indicar principais)	Faixas etárias ou espécie de aves	Animais existentes no dia da inspeção			Casos		Mortos	Abatidos sob inspeção	Destruídos	Examinados	Informar destino principal das explorações pecuárias existentes (de acordo com opções abaixo) ***
		Machos	Fêmeas	Total	Confirmados	Prováveis					
Bovinos <input type="checkbox"/>	Até 12 m										
	13 a 24 m										
	25 a 36 m										
	> 36 m										
	<b>Total</b>										
Bubalinos <input type="checkbox"/>	Até 12 m										
	13 a 24 m										
	25 a 36 m										
	> 36 m										
	<b>Total</b>										
Caprinos <input type="checkbox"/>	Até 12 m										
	> 12 m										
	<b>Total</b>										
Ovinos <input type="checkbox"/>	Até 12 m										
	> 12 m										
	<b>Total</b>										
Suídeos <input type="checkbox"/>	Suínos	Cachaço/Matriz									
		Leitão(oa)									
		Demais	Somente total ->								
	Outros*	Até 6 m									
		> 6 m									
<b>Total</b>											
Equinos <input type="checkbox"/>	Até 6 m										
	> 6 m										
	<b>Total</b>										
Asininos <input type="checkbox"/>	Até 6 m										
	> 6 m										
	<b>Total</b>										
Muares <input type="checkbox"/>	Até 6 m										
	> 6 m										
	<b>Total</b>										
Aves <input type="checkbox"/>	Frangos/Galinhas										
	Perus										
	Anseriformes										
	Ratitas										
	Outras aves**										
	<b>Total</b>										
Abelhas <input type="checkbox"/>	Colméias										
Lagomorfos (coelhos) <input type="checkbox"/>											
Outra <input type="checkbox"/>											

\* Outros suídeos  Javali  Cateto  Queixada \*\* Outras aves  Codorna  Perdiz  Galinha D'Angola  Patacíformes  Aves silvestres  Passeriformes  Faisão

\*\*\* Tipos de Destino: 1. Comércio de animais; 2. Comércio de produtos; 3. Consumo próprio; 4. Produção de biológicos; 5. Companhia; 6. Esporte/lazer; 7. Trabalho.

**8. Indicar as características predominantes da exploração pecuária (tipo, finalidade e fase da produção)**

Bov/Bub	<input type="radio"/> Corte <input type="radio"/> Leite <input type="radio"/> Mista <input type="radio"/> -> <input type="radio"/> Ciclo completo <input type="radio"/> Cria/Recria <input type="radio"/> Engorda <input type="radio"/> Terminação <input type="radio"/> Substância
Caprinos	<input type="radio"/> Corte <input type="radio"/> Leite <input type="radio"/> Mista <input type="radio"/> -> <input type="radio"/> Ciclo completo <input type="radio"/> Cria/Recria <input type="radio"/> Engorda <input type="radio"/> Terminação <input type="radio"/> Substância
Ovinos	<input type="radio"/> Corte <input type="radio"/> Leite <input type="radio"/> Mista <input type="radio"/> Lã <input type="radio"/> -> <input type="radio"/> Ciclo completo <input type="radio"/> Cria/Recria <input type="radio"/> Engorda <input type="radio"/> Terminação <input type="radio"/> Substância <input type="radio"/> Produção de lã
Suínos	<input type="radio"/> Criatório (substância) <input type="radio"/> Granja -> <input type="radio"/> Ciclo completo <input type="radio"/> UPL <input type="radio"/> Creche <input type="radio"/> Recria <input type="radio"/> Terminação <input type="radio"/> GRSC
Equídeos	<input type="radio"/> Haras <input type="radio"/> Unidade militar <input type="radio"/> Sociedade hípica <input type="radio"/> Jôquei clube <input type="radio"/> Propriedade de espera de abate <input type="radio"/> Propriedade fornecedora de equídeos
Aves	<input type="radio"/> Substância <input type="radio"/> Ciclo completo <input type="radio"/> Ciclo parcial <input type="radio"/> Cria/Recria <input type="radio"/> Engorda <input type="radio"/> Reprodução <input type="radio"/> Bisavoseiro <input type="radio"/> Avoseiro <input type="radio"/> Matrizeiro <input type="radio"/> Incubatório <input type="radio"/> Comercial corte <input type="radio"/> Comercial postura <input type="radio"/> Recria de postura <input type="radio"/> Recria de reprodução <input type="radio"/> Produção de ovos controlados <input type="radio"/> SPF <input type="radio"/> Linha pura
Abelhas	<input type="checkbox"/> Rainha <input type="checkbox"/> Mel <input type="checkbox"/> Extrato de própolis <input type="checkbox"/> Própolis <input type="checkbox"/> Geléia real <input type="checkbox"/> Pólen <input type="checkbox"/> Apitoxina <input type="checkbox"/> Cera <input type="checkbox"/> Polinização
Coelhos	<input type="checkbox"/> Produção de carne <input type="checkbox"/> Comércio de pele ou pelo <input type="checkbox"/> Genética <input type="checkbox"/> Animal de laboratório

**9. Medidas adotadas no estabelecimento, pelo serviços veterinário oficial (  Não se aplica )**

- Interdição  Isolamento de animais  Limpeza e desinfecção  Combate a vetores  Vacinação  Vazio sanitário  Introdução de sentinelas  
 Sequestro de produtos  Destruição de produtos

**10. Provável origem** Não identificada

\* Avaliar os seguintes elementos: contato direto com animais doentes; vínculo epidemiológico com foco; restos de alimento; ração; águas ou pastagens comuns; cama de frango; pessoas (incluindo médicos veterinários, trabalhadores rurais, vizinhos, parentes, entre outros); propriedade vizinha; veículo contaminado; eventos pecuários; ingresso de animais (verificar origem e tempo); contato com animais silvestres (informar nome vulgar ou científico); contato com agentes químicos ou físicos; produtos ou subprodutos de origem animal; material de multiplicação animal; fômites (objetos, utensílios e equipamentos); via aérea; vetores; plantas tóxicas; medicamentos; vacinas; toxídeos, relação genealógica;







Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA  
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA  
Departamento de Saúde Animal – DSA

**13. Ocorrências observadas após atendimento anterior, relacionadas às espécies suscetíveis** (computar as ocorrências nos campos apropriados da Tabela disponível no Item 14)

Espécie	Ocorrência**	Total	Espécie	Ocorrência**	Total	Espécie	Ocorrência**	Total	Espécie	Ocorrência**	Total

Ocorrência: 1 - Nascimento; 2 - Morte por outra causa; 3 - Furto; 4 - Fuga ou extravio; ou 5 - Descaminho/Contrabando

**14. Registro de dados sobre a população de animais terrestres envolvida na suspeita clínica**

Animais	Faixas etárias ou espécies de aves	Existente no dia da inspeção	Casos confirmados		Casos prováveis		Mortos		Abatidos sob inspeção		Destruídos		Examinados	Após último atendimento	
			Novos	Acumulados	Novos	Acumulados	Novos	Acumulados	Novos	Acumulados	Novos	Acumulados		Ingressos	Egressos
Bovinos	Até 12 m														
	13 a 24 m														
	25 a 36 m														
	> 36 m														
	<b>Total</b>														
Bubalinos	Até 12 m														
	13 a 24 m														
	25 a 36 m														
	> 36 m														
	<b>Total</b>														
Caprinos	Até 12 m														
	> 12 m														
Ovinos	Até 12 m														
	> 12 m														
Suícos	Cachaço/Matriz														
	Leitão(oa)														
	Demais														
	Outros														
	<b>Total</b>														
Equinos	Até 6 m														
	> 6 m														
Asininos	Até 6 m														
	> 6 m														
Murais	Até 6 m														
	> 6 m														
Aves	Frangos/Galinhas														
	Perus														
	Anseriformes														
	Ratitas														
	Outras espécies														
<b>Total</b>															
Abeijas	Colmeias														
Lagomorfos (coelhos)															
Outra															

**15. Medidas adotadas no estabelecimento, pelo serviço veterinário oficial, neste atendimento** ( Não se aplica)

Interdição    Isolamento de animais    Controle de vetores    Vacinação    Vazio sanitário →  Início    Em curso    Término    Desmarcar

Desinterdição    Limpeza/desinfecção    Sequestro de produtos    Destruição de produtos    Animais sentinelas →  Início    Em curso    Término    Desmarcar

**16. No caso de documento retificador, citar o(s) número(s) do(s) item(ns) alterado(s) e justificar a(s) alteração(ões)** → Data da retificação (dd/mm/aaaa): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**17. Houve coleta de amostras neste atendimento?**  Não    Sim

**18. Assinalar os formulários anexos** →  01. Form SV    03. Form SRN    05. Form EQ    07. Folha adicional    09. Form AIE    11. Form Maleína    13. Form VIN

02. Form SH    04. Form LAB    06. Extrato GTA    08. Form SN    10. Form Mormo    12. Resenho

**19. Identificação, formas de contato e assinatura do médico veterinário responsável pelo atendimento**

Nome \_\_\_\_\_ CRMV \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Município de lotação \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ Unid. Regional \_\_\_\_\_ Matrícula SVD \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_ Tel. fixo \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_

Carimbo e Assinatura \_\_\_\_\_

## ANEXO C – Cadastro de Propriedade Comercial de Suídeos



104 Sul, Rua SE-11 - Lote-22, Centro - Palmas-TO - CEP. 77.020-026  
Tel.: +55 63 3218-2169 pess.adapec@gmail.com

## CADASTRO DE PROPRIEDADE COMERCIAL DE SUÍDEOS

DADOS DO PROPRIETÁRIO					
1- NOME:				DATA DO CADASTRO:	
2- APELIDO:		CPF / CNPJ:		RG:	
3- ENDEREÇO:			MUNICÍPIO:		
4- CEP:		TELEFONE FIXO:		CELULAR:	
DADOS DA PROPRIEDADE					
1- NOME DA EMPRESA / RAZÃO SOCIAL:				Nº DO CADASTRO:	
2- CNPJ:			INSCR. ESTADUAL:		
3- ENDEREÇO:				MUNICÍPIO:	
4- ÁREA DA PROPRIEDADE: _____ ha.		ÁREA UTILIZADA COM SUINOCULTURA: _____ ha.		ÁREA CONSTRUÍDA: _____ m <sup>2</sup>	
5- Nº DE GALPÕES/ PIQUETES: _____			CAPACIDADE DE ALOJAMENTO DE SUÍNOS:		
6- COORDENADAS (Graus, minutos e segundos):		LAT (S): _____ ° _____ ' _____ "		LON (W): _____ ° _____ ' _____ "	
INFORMAÇÕES CADASTRAIS					
1- TECNIFICAÇÃO:		<input type="checkbox"/> TECNIFICADO <input type="checkbox"/> NÃO TECNIFICADO		<input type="checkbox"/> CRIAÇÃO COMERCIAL DE JAVALI <input type="checkbox"/> CRIAÇÃO COMERCIAL DE CATETO/QUEIXADA	
2- NÚMERO DE ANIMAIS EXISTENTES:		MATRIZES:	CACHAÇOS:	LEITÕES MATERN.:	LEITÕES CRECHE:
3- CRIAÇÃO DE OUTRAS ESPÉCIES ANIMAIS:		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM	QUAIS: <input type="checkbox"/> RUMINANTES <input type="checkbox"/> AVES <input type="checkbox"/> EQUÍNOS <input type="checkbox"/> PEIXES		
4- CICLO DE PRODUÇÃO:		<input type="checkbox"/> CRIA <input type="checkbox"/> CRIA/RECRIA <input type="checkbox"/> CICLO COMPLETO - CRIA/RECRIA/ENGORDA	<input type="checkbox"/> RECRIA/ ENGORDA	<input type="checkbox"/> ENGORDA	<input type="checkbox"/> PRODUÇÃO DE MATRIZES E REPRODUTORES
5- ALIMENTAÇÃO:		<input type="checkbox"/> RAÇÃO - PREPARO PRÓPRIO <input type="checkbox"/> RAÇÃO - INDUSTRIALIZADA	<input type="checkbox"/> SORO <input type="checkbox"/> (especificar): _____	<input type="checkbox"/> OUTROS	
6- SISTEMA DE CRIAÇÃO:		<input type="checkbox"/> INTENSIVO <input type="checkbox"/> SEMI-INTENSIVO	<input type="checkbox"/> EXTENSIVO	<input type="checkbox"/> SISCAL	
7- CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:		<input type="checkbox"/> CERTIFICADO	<input type="checkbox"/> NÃO CERTIFICADO		
8- ACESSO AO MERCADO:		<input type="checkbox"/> INDEPENDENTE <input type="checkbox"/> INTEGRADO / NOME DA INTEGRAÇÃO/COOPERATIVA: _____			
9- COMERCIO DE ANIMAIS VIVOS:		<input type="checkbox"/> INTERESTADUAL <input type="checkbox"/> INTERMUNICIPAL <input type="checkbox"/> INTRAMUNICIPAL			
10- TIPO DE ABATE:		COM INSPEÇÃO <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	<input type="checkbox"/> NA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> NÃO ABATE <input type="checkbox"/> OUTROS		
11- VACINAÇÃO REGULAR:		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM QUAIS?			
12- VERMIFUGAÇÃO REGULAR:		<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM	FREQÜÊNCIA: <input type="checkbox"/> 01 POR ANO <input type="checkbox"/> 02 POR ANO <input type="checkbox"/> 03 POR ANO <input type="checkbox"/> 04 POR ANO		
13- FONTE DE ÁGUA:		<input type="checkbox"/> POÇO ARTESIANO <input type="checkbox"/> POÇO SEMI-ARTESIANO <input type="checkbox"/> REPRESA <input type="checkbox"/> CÔRREGO/ RIO	<input type="checkbox"/> EMPRESA DE ABASTECIMENTO <input type="checkbox"/> OUTROS		
14- DESTINO DE DEJETOS:		<input type="checkbox"/> FOSSA SÉPTICA <input type="checkbox"/> CÔRREGO/ RIO <input type="checkbox"/> LAGOA DE DECANTAÇÃO	<input type="checkbox"/> A CÉU ABERTO <input type="checkbox"/> OUTROS		
15- DESTINO DE CADÁVERES:		<input type="checkbox"/> ENTERRA <input type="checkbox"/> QUEIMA <input type="checkbox"/> FOSSA <input type="checkbox"/> LANÇA NO RIO/ CÔRREGO	<input type="checkbox"/> A CÉU ABERTO <input type="checkbox"/> OUTROS		
16- TIPO DE INSTALAÇÕES:		<input type="checkbox"/> ALVENARIA <input type="checkbox"/> MADEIRA <input type="checkbox"/> METÁLICA <input type="checkbox"/> RÚSTICA <input type="checkbox"/> MISTA			
17- POSSUI PEDILÚVIO NO ESTABELECIMENTO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		POSSUI RODOLÚVIO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	POSSUI ARCOLÚVIO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
18. MÉD. VETERINÁRIO/ RESP. TÉCNICO:				CRMV Nº _____ UF: _____	
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: _____				(_____) (Cargo/ função no estabelecimento)	
RG: _____ SSP		CPF: _____			
RESPONSÁVEL					

## ANEXO D – Cadastro de Propriedades de Maior Risco para PSC



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
ADAPEC – AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

**CADASTRO DE PROPRIEDADES DE MAIOR RISCO PARA PSC**

<b>IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE</b>	
1- NOME DO PROPRIETÁRIO:	
2- NOME DA PROPRIEDADE:	
3- ENDEREÇO DA PROPRIEDADE:	
4- MUNICÍPIO:	
5- COORDENADAS: LAT (S): ____ ° ____ ' ____ " LON (W): ____ ° ____ ' ____ "	
6- TIPO DE ESTABELECIMENTO: <input type="checkbox"/> GRANJA <input type="checkbox"/> CRIATÓRIO	
<b>CRITÉRIOS DE RISCO</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabelecimentos de criação em fronteira internacional e divisas da zona livre de PSC existente no país
<input type="checkbox"/>	Proximidade a reservas naturais, áreas de proteção ambiental ou parques nacionais com fauna de suídeos silvestres
<input type="checkbox"/>	Criatório de suínos localizados em áreas periurbanas ou comunidades carentes
<input type="checkbox"/>	Áreas com suídeos criados extensivamente
<input type="checkbox"/>	Assentamentos rurais ou reservas indígenas
<input type="checkbox"/>	Estabelecimentos de criação que fornecem resíduos alimentares (lavagem) aos suídeos
<input type="checkbox"/>	Proximidade a lixões
<input type="checkbox"/>	Estabelecimento de criação pertencente a proprietário com propriedade em outro país ou em área endêmica
<input type="checkbox"/>	Proximidade a graxarias
<input type="checkbox"/>	Proximidade a quarentenários de suídeos

Responsável pelo cadastro: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura

## ANEXO E – Questionário Presença de Animais Asselvajados



### QUESTIONÁRIO PRESENÇA DE ANIMAIS ASSELVAJADOS

Proprietário: \_\_\_\_\_

Propriedade: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1- Já observou presença de asselvajados?

( ) NÃO ( ) SIM ( ) JAVALI ( ) CATETO ( ) QUEIXADA

2- Houve algum tipo de prejuízo pela presença desses animais na propriedade?

- ( ) Destruição da lavoura de \_\_\_\_\_
- ( ) Destruição de instalações, cercas, equipamentos etc
- ( ) Ataques a animais de produção. Espécies \_\_\_\_\_
- ( ) Ataque a pessoas
- ( ) Outros
- ( ) Não houve

3 – Existe propriedade com criação comercial de javalis no município?

( ) Sim ( ) Não ( ) Já existiu Se já existiu, quais?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4 – Existem parques ou áreas públicas protegidas no município?

( ) NÃO ( ) SIM Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5- Informações complementares \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do produtor/responsável pela informação

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do responsável pelo cadastro

## ANEXO F – Relatório de Atividades Sanitárias



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO(S)SERVIDOR(ES):

NOME DO SERVIDOR (1): FUNÇÃO  
NOME DO SERVIDOR (2): FUNÇÃO :

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE/ESTABELECIMENTO DE CRIAÇÃO:

NOME DO PROPRIETÁRIO:  
NOME DA PROPRIEDADE:  
ENDEREÇO: BAIRRO: Zona Rural  
MUNICÍPIO: UF: TO TEL:  
REGIONAL: CPF: :  
LAT: LONG:

#### 3. ATIVIDADES REALIZADAS:

- FISCALIZAÇÃO DE VACINAÇÃO( ) ASSISTIDA ( ) ESTRATÉGICA ( ) FISCALIZADA  
 ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÃO DE SUSPEITA DE ENFERMIDADE N° DO FORM IN \_\_\_\_\_  
 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS A CAMPO  
 VISITA DE ACOMPANHAMENTO DE FOCO ( x ) INTERMEDIÁRIO ( ) ENCERRAMENTO  
 INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA  
 RIFLE SANITÁRIO(ANIMAIS APREENDIDOS)  
 SACRIFÍCIO DE ANIMAIS ENFERMOS  
 ENTREGA DE TERMO DE NOTIFICAÇÃO  
 INTERDIÇÃO /LIBERAÇÃO DE PROPRIEDADE OU ESTABELECIMENTO DE CRIAÇÃO  
 CONFERÊNCIA DE REBANHO  
 INVESTIGAÇÃO DE DENÚNCIA  
 CADASTRAMENTO /RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES  
 CONTROLE POPULACIONAL DE MORCEGOS HEMATÓFAGOS  
 MARCAÇÃO DE ANIMAIS  
 OUTROS(ESPECIFICAR)  
 VIGILÂNCIA ATIVA  
 PROGRAMA(S) SANITÁRIO(S) QUE REALIZOU A(S) ATIVIDADE(S): \_\_\_\_\_

#### 4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (DETALHADAMENTE):

\_\_\_\_\_  
Proprietário e /ou responsável

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Servidor(1)

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Servidor(2)